



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
REITORIA
Avenida Prof. Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte - MG - Brasil
CEP: 30575-180 | Telefone: (31) 2513-5222

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO TÉCNICO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA

Belo Horizonte, MG

Março de 2016

Sumário

I.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
II.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
	a) Finalidades do Instituto	4
	b) Concepção do Curso	5
	c) Perfil Profissional de Conclusão	6
	d) Objetivos e Competências	7
III.	ESTRUTURA DO CURSO	8
	a) Perfil do pessoal docente e técnico	8
	b) Requisitos e formas de acesso ao curso	8
	c) Organização curricular	10
	d) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores	26
	e) Biblioteca, Instalações e Equipamentos	28
	f) Metodologias de ensino	28
	g) Estratégias de integração do ensino e articulação com a sociedade	28
	h) Estratégias de apoio ao discente	29
IV.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	30
	a) Avaliação dos discentes	30
	b) Avaliação dos docentes	32
	c) Avaliação do curso	33
	d) Objetos de avaliação do trabalho docente e do curso	33
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
REITORIA
Avenida Prof. Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte - MG - Brasil
CEP: 30575-180 | Telefone: (31) 2513-5222

Reitor	Prof. Kléber Gonçalves Glória
Pró-Reitor de Extensão	Prof. Carlos Bernardes Rosa Júnior
Coordenador Geral do PRONATEC	Reinaldo Trindade Proença

I. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Orientação Comunitária

Razão Social: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Sigla: IFMG

Atos legais autorizativos:

E-mail de contato: pedagogico.pronatec@ifmg.edu.br

Site da unidade: www.ifmg.edu.br

Eixo tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

Titulação: Técnico em Orientação Comunitária

Modalidade: Subsequente ou Concomitante

Número de Vagas: de acordo com a demanda

Turno: de acordo com a demanda

Carga Horária Total: 800 horas

Prazo previsto para integralização curricular: mínimo 3 semestres, máximo 5 semestres*

*Observação: O prazo de integralização curricular não poderá ser superior a três anos, variando de acordo com as peculiaridades dos municípios parceiros.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

a) Finalidades do Instituto

Em dezembro de 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892 que instituiu, no Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com esta lei, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas Federais vinculadas a universidades (BRASIL, 2008).

Segundo o artigo 6º desta lei, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Cada Instituto foi organizado com a seguinte estrutura: as unidades foram transformadas em campus e as instituições passaram a contar com uma reitoria. A lei acima citada conferiu a cada Instituto autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do Conselho Superior.

As novas instituições foram orientadas a ofertar metade de suas vagas para cursos técnicos integrados, para dar ao jovem uma possibilidade de formação profissional já no ensino médio. Na educação superior, a prioridade de oferta foi para os cursos de tecnologia, cursos de licenciatura e cursos de bacharelado e engenharia.

Um dos Institutos criados pela lei acima citada foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Sua criação se deu mediante a integração dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica de Ouro Preto e Bambuí, da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista e de duas Unidades de Educação descentralizadas de Formiga e Congonhas que, por força da Lei, passaram de forma automática à condição de campus da nova instituição.

Atualmente, o IFMG está constituído pelos campi: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista. Campi avançado: Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Itabirito, Piumhi, Ponte Nova, entre outros. A sede da Reitoria do IFMG está localizada na cidade de Belo Horizonte.

b) Concepção do Curso

A sociedade atual demanda uma ciência integrada às novas demandas do mercado: uso das novas tecnologias, novos parâmetros ambientais e novas possibilidades de inserção social, considerando, principalmente, a demanda por ações de responsabilidade social. Nesse sentido, objetiva-se que os diversos cursos oferecidos pela instituição (cursos de formação inicial e continuada, técnicos e superiores) possibilitem uma formação mais ampla, oferecendo aos estudantes o desenvolvimento da criticidade, da responsabilidade social e ambiental, da autonomia para a busca de novos conhecimentos, juntamente com

o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos específicos da área em que se formaram.

Em um contexto como o da sociedade brasileira, de baixa escolarização da população jovem e adulta, a oferta de cursos técnicos de qualidade contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, além de coadunar-se à necessidade de se elevar os níveis de escolaridade desses segmentos da população.

Dessa forma, a oferta de cursos técnicos cumprirá com os objetivos sociais do IFMG, que consiste em ofertar ensino público, gratuito e de qualidade para os cidadãos brasileiros, contribuindo para a emancipação dos sujeitos por meio de formação técnico-humanística de qualidade.

c) Perfil Profissional de Conclusão

✓ Competências profissionais gerais:

As competências profissionais gerais do técnico em Orientação Comunitária serão aquelas relacionadas ao eixo tecnológico “Desenvolvimento Educacional e Social”. Assim, espera-se que o egresso seja capaz de:

- Auxiliar e apoiar a organização de grupos de interesse na comunidade, colaborando em ações de cultura e desenvolvimento local.
- Atuar em Instituições públicas, privadas e do terceiro setor, Conselhos tutelares, associações comunitárias, conselhos sociais, sindicatos e cooperativas.

Competências específicas:

- Atuar em diferentes temáticas (meio ambiente, turismo, trabalho e renda, saúde, educação, esporte e lazer);
- Trabalhar sob supervisão de profissional de nível superior da área social, contribuindo para o desenvolvimento de lideranças comunitárias;
- Participar de campanhas educativas;
- Colaborar na integração da comunidade com suas escolas, articulando e promovendo ações de aproximação positiva entre elas;

✓ Características do saber ser:

- ser capaz de trabalhar com iniciativa, criatividade e sociabilidade;
- ter autonomia para buscar novos conhecimentos pertinentes à área da orientação comunitária;
- utilizar a flexibilidade para solucionar os problemas encontrados no exercício profissional.

d) Objetivos e Competências

➤ Objetivo geral

Preparar profissionais da área de desenvolvimento educacional e social para desenvolver, entre outros aspectos:

- Políticas públicas sociais;
- Psicologia social e comunitária;
- Formação de lideranças;
- História e diversidade de movimentos sociais;
- Educação popular;
- Economia solidária;
- Comunicação social comunitária;
- Educação para o consumo;
- Desenvolvimento e sustentabilidade.

➤ Objetivos específicos

Desenvolver conhecimentos nas seguintes áreas:

- Sociologia, filosofia;
- Orientação comunitária;
- Psicologia social comunitária;
- Políticas públicas de saúde, assistência social e educação;
- Movimentos Sociais e Comunitários: História no Brasil e na atualidade;

- Participação popular e controle social: na legislação e na atualidade;
- Direitos humanos;
- Terceiro setor e política pública.

III. ESTRUTURA DO CURSO

a) Perfil do pessoal docente e técnico

A seleção de docentes e técnicos ocorrerá por meio de editais, uma vez que a oferta dos cursos será realizada de acordo com a demanda.

b) Requisitos e formas de acesso ao curso

Para ingressar nos cursos técnicos do PRONATEC na modalidade concomitante, os interessados devem estar regularmente matriculados na segunda ou terceira série dessa etapa de ensino em escola estadual, conforme pactuação realizada com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, parceira do IFMG.

O acesso aos cursos na modalidade subsequente se dará por meio de inscrição realizada pelos demandantes no SISUTEC, em local e período predeterminado pelo MEC e segundo critérios de seleção por ele definidos. De acordo com orientações constantes na lei 12.513/2011, que institui o PRONATEC, serão atendidos preferencialmente estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores - agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda, em especial, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação, mulheres responsáveis pela unidade familiar.

c) Organização curricular

MÓDULO I		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Sociologia	60 horas	60
Filosofia	40 horas	40
Psicologia Social Comunitária	60 horas	60
Total	160 horas	160

MÓDULO II		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Introdução à Informática	40 horas	40
Políticas Públicas Sociais	70 horas	70
Introdução à Economia e Política	40 horas	40
Orientação para a Saúde e Medicina Preventiva	70 horas	70
Educação Social e Cidadania em Periferias Urbanas e Rurais	70 horas	70
Tópicos Especiais em Economia	40 horas	40
Total	330 horas	330

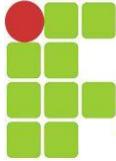
MÓDULO III		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Economia Doméstica	40 horas	40
Campo de Atuação Profissional e Empreendedorismo	75 horas	75
Trabalho Social com Gênero, Família e Drogadicção	75 horas	75
Formação de Lideranças	40 horas	40
Direito e Legislação Social	40 horas	40
Movimentos Sociais, Urbanos e Rurais	40 horas	40
Total	310 horas	310

Total hora aula	Número de Aulas hora aula (60 min.)
800 horas	800

✓ Ementas e outras informações sobre as disciplinas

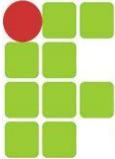
Módulo: I

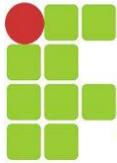
 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS</p>	
<p>Curso: Técnico em Orientação Comunitária</p>	<p>Disciplina: Sociologia</p>	
<p>Módulo: I</p>		
<p>Total de Horas: 60 horas</p>	<p>Aulas Teóricas: 60 horas</p>	<p>Aulas Práticas: 0</p>
<p>Ementa do Programa</p>		
<p>Ampliar conhecimentos e reflexões sobre a experiência humana em sociedade, especificamente a realidade social brasileira.</p>		
<p>Objetivos</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ● Sociologia é a ciência que estuda as relações entre as pessoas que pertencem a uma comunidade ou aos diferentes grupos que formam a sociedade. Tem como objetivo: ● Englobar a análise dos fenômenos de interação entre os indivíduos, as formas internas de estrutura (as camadas sociais, a mobilidade social, os valores, as instituições, as normas, as leis), os conflitos e as formas de cooperação geradas através das relações sociais, estudando as relações de formalidade presentes na vida e nas sociedades. ● Ampliar os conhecimentos a cerca da organização humana em sociedade. ● Refletir sobre as diferentes formas de organização humana em sociedade; entender a forma de organização social brasileira; desenvolver habilidade crítica diante da realidade social em que se está inserido. 		
<p>Bibliografia Básica</p>		
<p>CHAUI, M. S. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003. DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? 12 ed. Rio de Janeiro, Rocco: 2001 DUPAS, Gilberto, Economia global e exclusão social, 3.ed. São Paulo: Paz e terra, 2001.</p>		
<p>Bibliografia Complementar</p>		
<p>POCHMANN, Márcio, O emprego na globalização, São Paulo: Boitempo, 2001. RIBEIRO, Paulo, O povo brasileiro, São Paulo: Cortez, 1995. SAWAIA, B. B. Artimanhas da Exclusão, Petrópolis: Vozes, 6. ed. 2006.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Filosofia	
	Módulo: I	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa		
Ampliar conhecimentos e reflexões sobre a experiência humana em busca da compreensão do que é a humanidade, sua existência e essência.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento da linguagem mitológica e da linguagem racional, considerando a importância da organização do pensamento, bem como sua realidade, rigorosidade e totalidade. ● Debater as várias vertentes do conhecimento, considerando à ética, a política (valores) como bases, a partir das quais o sujeito humano constrói a sua realidade material e imaterial. ● Identificar os princípios básicos para o desenvolvimento do conhecimento filosófico e científico, considerando a superação gradativa e permanente do senso comum a consciência crítica. ● Ampliar os conhecimentos acerca do que significa ser humano. ● Refletir sobre a essência humana; ● Compreender as transformações proporcionadas e experimentadas pela humanidade ao longo do tempo; ● Desenvolver habilidade crítica diante da sociedade humana em que se está inserido. 		
Bibliografia Básica		
BLACKBURN, S. Pense! Uma introdução à Filosofia , Lisboa: Gradiva, 2001. MARCONDES, D. Textos Básicos de Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein , Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. NAGEL, T. Uma Breve Introdução à Filosofia , São Paulo: Martins Fontes, 2001.		
Bibliografia Complementar		
INCONTRI, D. e BIGHETO, A. C. Filosofia: Construindo o pensar 3 . Ed. São Paulo: Escala Educacional, 2010. CHAUI, M. Convite a Filosofia , 14. Ed. São Paulo: Ática, 2010. CONTRIM, G. e FERNANDES, M. Fundamentos de Filosofia , São Paulo: Saraiva, 2010. TOMAZI, N. D. Sociologia para o Ensino Médio , 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Psicologia Social e Comunitária	
	Módulo: I	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa		
Ampliar conhecimentos e reflexões sobre a organização comunitária e as perspectivas humanas em comunidade.		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: A psicologia comunitária tem a finalidade de desenvolver uma consciência crítica nos sujeitos, através de um modelo interdisciplinar. É um trabalho realizado em grupos, e na comunidade, a fim de transformar o indivíduo em sujeito. No que concerne à psicologia comunitária, pode-se referenciar como uma área de atuação com a finalidade de aplicar as teorias e métodos da psicologia social no contexto de uma comunidade.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ampliar os conhecimentos que possibilitem desenvolver ações em comunidades. ● Refletir sobre a essência humana em comunidade; ● Compreender as transformações proporcionadas e experimentadas pela humanidade ao se estruturar em comunidade; ● Desenvolver habilidade crítica diante da sociedade humana em que se está inserido. 		
Bibliografia Básica		
<p>BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. in: BOCK, A. M. B. (org.) Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.), Psicologia Social: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>GUARESCHI, P. A., Relações comunitárias: relações de dominação, in: CAMPOS, R. H. de F. (org), Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia, Petrópolis: Vozes, 2008.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>MAYORGA, C.; NASCIMENTO, R. F. Dinâmica da transformação social: reflexões sobre a pesquisa-ação em contextos comunitários. in: MAYORGA, C.; RASERA, E. F.; PEREIRA, M. S. (org.) Psicologia social: sobre desigualdades e enfrentamentos. Curitiba: Juruá, 2010.</p> <p>MELLO, S. L. A violência urbana e a exclusão dos jovens in: SAWAIA, B (org.) As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>REIS, J. R. T. Família, Emoção e Ideologia, in: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org), Psicologia Social: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>SOARES, L. E., O drama da invisibilidade, Estratégias de intervenção do presente – a psicologia social no contemporâneo, Porto Alegre: Edipucrs, 2004.</p> <p>SAWAIA, B. B., Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade, in: CAMPOS, R. H. de F. (org), Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia, Petrópolis: Vozes, 2008.</p>		

Módulo: II

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Introdução à Informática	
	Módulo: II	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teórica: 20 horas	Aulas Práticas: 10 horas
Ementa do Programa		
Sistemas Operacionais. Editor de textos. Formatação de textos. Planilhas Eletrônicas. Produção de Relatórios. Apresentação de Slides.		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Apresentar aos alunos as noções básicas de informática, de modo que venham a identificar as principais aplicações e a importância dos Sistemas de Informação para tomar decisões na solução de questões pertinentes ao trabalho.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer o desenvolvimento histórico da Informática, através da evolução da tecnologia associada; ● Conhecer e utilizar de forma adequada o vocabulário usado em Informática; ● Trabalhar com sistemas de numeração quaisquer; ● Identificar os elementos do hardware e os tipos de software existentes num sistema computacional; ● Conhecer a situação atual e tendências, em termos de Informática, no Brasil e no Mundo. 		
Bibliografia Básica		
STAIR, R. M. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: Cengage, 2010. VELLOSO, F. de C. Informática: Conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. BROOKSHEAR, J. G. Ciência da Computação. Bookman: 1999.		
Bibliografia Complementar		
COX, J. Microsoft Office System 2007. Rio de Janeiro: Campus, 2008. SCHECHTER, R. BrOffice.Org: Calc e Writer. Rio de Janeiro: Campus, 2006. BONAN, A.R. Configurando e usando o sistema operacional Linux. Futura: 2003.		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Políticas Públicas Sociais	
	Módulo: II	
Total de Horas: 70 horas	Aulas Teóricas: 70 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa		
<p>A política como integrante do contexto social e suas relações com a economia e a cultura. Política institucional e politização da sociedade. Organização do Estado. Ações federais e distritais reveladoras das políticas públicas sociais no Brasil.</p>		
Objetivos		
<p>A disciplina objetiva municiar os discentes para que possam compreender a tipologia das políticas públicas e sociais na sua correlação com a dinâmica do Estado e suas variantes relativas à interlocução com a sociedade.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BRAVO, M. I. S.; POTYARA, A. P. P. (Org.). Política social e democracia. São Paulo: Cortez, 2002. GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. v. 18. São Paulo: Perspectiva, 2004. MONTAÑO, Carlos; DURIGHUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. Col. Biblioteca Básica de Serviço social. v. 5. São Paulo: Cortez, 2010 SADER, E.; GENTILI, P. (org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ARRETCHE, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. v. 14, n. 40. São Paulo: RBCS, 1999. _____. Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: REVAN, 2000. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001. OLIVEIRA, F. Estados, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: FASE, 1994.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Introdução à Economia e Política	
	Módulo: II	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa		
Introdução à Economia. Economia como Ciência. Necessidades, Bens e Valores. Caminhos Históricos da Economia no Brasil. Relações entre Economia e Política. Conceito de Política. Ética e Política. Principais problemas econômicos e políticos contemporâneos.		
Objetivos		
Objetivo Geral: Apresentar os conceitos variáveis, ideias e instrumentos principais do estudo de economia e política. Deste modo, a disciplina é voltada para a compreensão do resultado agregado do comportamento de indivíduos, instituições e fenômenos sistêmicos da comunidade, considerando-se a dimensão produtiva, financeira, doméstica e internacional.		
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os fundamentos da teoria econômica contemporânea. ● Compreender as relações possíveis entre Direito e Economia. ● Apresentar conceitos e instrumentos de análise básicos da Economia para que o aluno compreenda os fenômenos econômicos da realidade que o cerca. ● Proporcionar uma reflexão sobre a teoria e a prática da ciência política/econômica, através do entendimento de suas premissas e do acompanhamento dos fatos econômicos de nossa história e da atualidade. ● Permitir ao aluno a identificação de um corpo de conhecimento sistematizado, de modo a desenvolver uma compreensão crítica do pensamento político/econômico, sua evolução e suas relações com as demais ciências sociais. 		
Bibliografia Básica		
BARAN, P. A Economia Política do Desenvolvimento . São Paulo: Abril, 1984. BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. A filosofia política e as lições dos clássicos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política . 6ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
Bibliografia Complementar		
ARENDT, H. As esferas públicas e privadas . In: A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. DE DECCA, E. O nascimento das fábricas . 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. HUBERMAN, L. História da Riqueza do Homem . Rio de Janeiro: LTC, 2010. KANT, I. Crítica da Razão Pura . Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política . São Paulo: Expressão Popular, 2008.		

SMITH, A. A **Riqueza das Nações**. São Paulo Madras, 2009

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Orientação para a Saúde e Medicina Preventiva	A u l a s F r ã t i c a s : C
Total de Horas: 70 horas	Módulo: II Aulas Teóricas: 70 horas	
Ementa do Programa		
O Estado brasileiro e a política de saúde. O processo de trabalho do Orientador Comunitário nas áreas da saúde. Os desafios profissionais no atendimento das necessidades sociais em saúde, na busca da promoção e qualidade de vida.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Transmitir conteúdo mínimo do campo da Medicina Preventiva/Saúde Coletiva, indispensável ao adequado desempenho do egresso. Para isso, as estratégias pedagógicas se baseiam na seleção de conteúdos relacionados às necessidades temáticas mais recorrentes requeridas na atual prática do profissional. A abordagem passa pelos temas mais gerais. ● Situar o aluno nos temas referentes ao sistema de saúde brasileiro e ao conjunto dos procedimentos e arsenal técnico envolvidos no diagnóstico da saúde no âmbito do coletivo, ● Apresentar as possibilidades de aplicação mais operacional deste instrumental na abordagem do processo saúde/doença em situações concretas, e capacitação em práticas assistenciais de atenção primária à saúde. 		
Bibliografia Básica		
AKERMAN, M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e		

cooperação técnica. HUCITEC, 2005.
 BEAGLEHOLE, R.; BONITA, R.; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia e Prevenção:** In: Epidemiologia Básica. Escola Nacional de Saúde Pública, 2003.
 CARVALHO, G. I.; SANTOS, L. **SUS: Comentários à Lei Orgânica da Saúde (Leis 8.080/90 e 8.142/90)** : Sistema Único de Saúde. Campinas: Unicamp, 2006.
 COHN, A et al. **A saúde como direito e como serviço.** São Paulo: CORTEZ, 1999.
 COSTA, Ediná Alves. **Vigilância Sanitária. Proteção e Defesa da Saúde.** São Paulo: Sobravime, 2004.
 DIAS, Nelsina Melo de Oliveira. **Mulheres “Sanitaristas de Pés Descalços”.** Editora Hucitec, 1991.
 FOUCAULT, M. **O nascimento da medicina social.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.
 SPINK, M. J. (Org.) **Psicologia Social e Saúde.** Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

Antologia de Autores Cubanos. Saúde e Revolução Cubana. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
 FERREIRA, C.M.S. **Tentativa de suicídio na adolescência: dos sinais de aviso às possibilidades de prevenção.** Brasília: Tese de doutorado em Psicologia/UnB, 2003.
 ZIMMERMAN, David E; Osório, Luiz Carlos. **Como Trabalhamos com Grupos.** Artmed, 1997.
 ZIMMERMANN, Walther. **Terapêutica Homeopática.** Organização Andrei Editora Ltda., 1987

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
	Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Educação Social e Cidadania em Periferias Urbanas e Rurais
	Módulo: II	
Total de Horas: 70 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas: 10 horas
Ementa do Programa		
Educação social sua definição, história, formas de atuação e reflexão, seus desenvolvimentos e perspectivas. Discussão dos estudos e pesquisas contemporâneas desenvolvidos na área. Ações sociocomunitárias no Brasil. A educação e promoção da cidadania. Valorização do indivíduo em ambientes periféricos e rurais.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisar Movimentos Sociais e Políticas Públicas como elementos aglutinadores de anseios de diferentes grupos e camadas sociais em relação às questões comunitárias. ● Considerar os processos como promotores da desigualdade. ● Abordar o trabalho do Técnico em Orientação Comunitária, focando a criança, o jovem, o adolescente, o adulto e o idoso, no contexto da educação e a cidadania. ● A visão pedagógica do Movimento Sem Terra, o cotidiano dos moradores das periferias e a educação para a mudança também são eixos centralizadores da disciplina. 		
Bibliografia Básica		

ARO, S. M. P. **Educador social no trabalho com a criança e o adolescente: identidade e competências.** Revista de Ciências da Educação, v.3, n.4, 2001.

_____. **Educador Social: proposta de formação e descrição do perfil psicológico.** Campinas: PUC-Campinas, 2003.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A Política dos outros. O cotidiano dos moradores das periferias e o que pensam do poder e dos poderosos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 6. Edição. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. **Educação Não-Formal no Brasil: anos 90.** São Paulo: Cidadania/textos, n. 10, 1997.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, E. R. S. **Por uma educação do campo.** 4. ed. Brasília: Anca-Associação Nacional de Coop. Agrícola, 2002.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** S. Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

RAMOS, M. N. & MOREIRA, T. M. & SANTOS, C. A. **Referências para uma política nacional de educação do campo.** Brasília: MEC/SEIF, 2004.

PETRUS, A. **Pedagogia social.** Barcelona: Ariel, 1998.

TRILLA, J. **Profissão: Educador Social.** Porto Alegre: ARTMED, 2003.

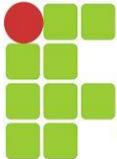
Bibliografia Complementar

ARROYO, M. R.; CALDART, S. M.; MOLINA, C. **Por uma Educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

ASSMANN, H. **Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

ASSMANN, H.; MO SUNG, J. **Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a esperança.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MEIRELES, P. **Glossário de Serviço Social.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS</p>	
<p>Curso: Técnico em Orientação Comunitária</p>	<p>Disciplina: Tópicos Especiais em Economia</p>	
<p>Total de Horas: 40 aulas</p>	<p>Módulo: II</p> <p>Aulas Teóricas: 40 aulas</p>	<p>Aulas Práticas: 0</p>
<p>Ementa do Programa</p>		
<p>Mercado. Preços dos Produtos. Economia Urbana. Economia Rural. Particularidades socioeconômicas regionais. Avaliação e aproveitamento dos recursos naturais. Programas de sustentabilidade. Associativismo. Cooperativismo. Economia Solidária.</p>		
<p>Objetivos</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ● Obter uma formação ampla e pluralista, que possibilite o entendimento das questões econômicas contemporâneas, bem como o domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão de ideias. ● Pesquisar e analisar o mercado de preços, a conjuntura econômica do País. 		

- Pesquisar Programas de sustentabilidade, Associativismo, Cooperativismo. Economia Solidária.

Bibliografia Básica

BATALHA, M. O. (coord). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2009.

BELIK, W.; MALUF, R.S. (orgs.). **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP. RJ- CPDA, 2000.

CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, P.; REYDON, B. P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: Abra, 1995.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp. IE, 1996.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

SOUZA, L. C. **Associações**. Vitória: Sebrae, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus (coord.) **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia Complementar

BRANDT, S.A. **O mercado agrícola brasileiro**. São Paulo: Nobel, 1979.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1999

PZEE, M. M. M. **Diretrizes metodológicas para o zoneamento ecológico-econômico do Brasil**. Brasília/DF: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004.

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Embrapa, 1995.

TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (org.) **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2002.

Módulo: III

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária		Disciplina: Economia Doméstica	
		Módulo: III	
Total de Horas: 40 horas		Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa			
A economia doméstica. A família como unidade econômica. Determinantes de renda familiar. A influência econômica na família. A administração da renda familiar, da propriedade e dos bens nos contextos urbano e rural. Economia doméstica e qualidade de vida.			

Objetivos	
Objetivo Geral:	
Formar um profissional generalista, com sólida formação multidisciplinar, humanista e crítica, voltada para reflexão do cotidiano de indivíduos, famílias e demais grupos sociais, capacitado para atuar com os seguintes temas: Família e Desenvolvimento Humano; Vestuário e Têxteis; Habitação; Saúde e Higiene; Nutrição, Alimentos e Alimentação; Administração e Economia Familiar; Educação do Consumidor; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Extensão Rural.	
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver programas, projetos, planos e pesquisas concernentes ao atendimento das necessidades básicas da família e outros grupos em instituições públicas, privadas e organizações não governamentais; • Proporcionar e fornecer cursos nas comunidades onde a população possui uma renda menor, ensinando noções básicas de higiene, alimentação e economia, evitando o desperdício de alimentos e melhorando a nutrição; • Mostrar que a Economia Doméstica é uma área de conhecimento cuja origem está relacionada aos saberes da esfera da casa (oikos) e do mundo de produção familiar. E que a sua abordagem sempre envolveu mais que apenas contabilizar gastos. 	
Bibliografia Básica	
AMARAL, C.C. Fundamentos de economia doméstica: perspectiva da condição feminina e das relações de gênero. Fortaleza: UFC, 2000.	
BAUMAN, Z. Vida para Consumo: a Transformação das Pessoas em Mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.	
MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 45. n. 4. Brasília Out./Dez. 2007.	
SOARES, Patrícia Riella Soares & LEBOUTTE, Caio. Educação Financeira para a Família. São Paulo: All Print Editora, 2007.	
Bibliografia Complementar	
VECCHIATTI, K. Três Fases Rumo ao Desenvolvimento Sustentável do Reduccionismo à Valorização da Cultura. V. 18. São Paulo: Perspectiva, 2004.	
LEPÀRGNEUR, H. Liberdade e diálogo em educação. Petrópolis: Vozes, 1971.	
FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.	

 <small>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</small>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Campo de Atuação Profissional e Empreendedorismo	
	Módulo: III	
Total de Horas: 75 horas	Aulas Teóricas: 75 horas	Aulas Práticas: 0

Ementa do Programa
A atuação do Orientador Comunitário. O instrumental técnico-operativo. Fundamentos teóricos e desenvolvimento de habilidades para as diversas expressões da questão social (pobreza, exclusão, marginalização, desigualdades, etc). Perfil Profissional. Empreendedorismo e o empreendedor. Ética no empreendedorismo. Metas e objetivos na ação empreendedora.
Objetivos
<p>Objetivo Geral: Desenvolver a capacidade empreendedora, dando ênfase ao perfil do empreendedor, apresentando técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades, na aquisição e gerenciamento de recursos necessários ao negócio, estimulando a criatividade e a aprendizagem pró-ativa.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Instrumentalizar os alunos para a identificação de oportunidades de novos empreendimentos; ● Fornecer conhecimentos e ferramentas auxiliares à gestão desses empreendimentos; ● Orientar o desenvolvimento de competências em gestão de negócios; ● Desenvolver o senso crítico, a percepção e identificação de estratégias inovadoras, para a aplicação dos conhecimentos no campo econômico, político e/ou social.
Bibliografia Básica
<p>IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>LEITE, Emanuel. Incubadora social: a mão visível do fenômeno do empreendedorismo criando riqueza. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO - ENEMPRE. Santa Catarina: UFSC/ENE, 2002.</p> <p>MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias. 2004. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista - Unesp, Franca, 2004.</p>
Bibliografia Complementar
<p>CORTELLA, Mario S. Qual é a tua obra? Inquietações Propositivas Sobre Ética, Liderança e Gestão. São Paulo: Vozes, 2008.</p> <p>MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.</p> <p>KUPSTAS, M. Trabalho em Debate. São Paulo: Moderna, 1997.</p> <p>DEMO, Pedro. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez, 2002.</p>

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Trabalho Social com Gênero, Família e Drogadição	
	Módulo: III	
Total de Horas: 75 horas	Aulas Teóricas: 75 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa		
<p>Explicar e conceituar: o termo: - Drogadição ou toxicodependência: - (Termos genéricos que designam toda e qualquer modalidade de <u>vício</u> bioquímico por parte de um ser humano <i>ou</i> a alguma <u>droga</u> (substância química) <i>ou</i> à superveniente interação entre <u>drogas</u> (substâncias químicas), causada ou precipitada por complexo de fatores genéticos, biofarmacológicos e sociais, incluídos os econômico-políticos.)</p> <p>A família como uma construção social. Arranjos familiares. Temas emergentes: Gênero, direitos e orientação.</p> <p>Conceitos e informações básicas sobre drogas. As relações com as drogas e as diferentes abordagens.</p> <p>Prevenção do uso de drogas.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Identificar como as questões de gênero e drogas aparecem nas relações de violência Intrafamiliar.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar os papéis desempenhados de cada integrante da família; ● Averiguar a convivência familiar na dinâmica das famílias; ● Conhecer os fatores que desencadeiam a situação de violência intrafamiliar; ● Compreender o uso das drogas por parte do usuário não somente como um fator individual, mas também como um sintoma social. 		
Bibliografia Básica		
<p>A COSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>ALBERTANI, H. M. B. Usos, motivos, abordagens. In: Tá na roda – uma conversa sobre drogas. São Paulo: SEE/SP, FRM, 2003.</p> <p>CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006.</p> <p>FURLANI, J. Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em Educação Sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>KALOUSTIAN, Sílvio M. (org.) Família Brasileira - a base de tudo. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>LAURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>MASUR, J.; CARLINI, E. A. Drogas - Subsídios para uma discussão. São Paulo:</p>		

Brasiliense, 2005.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, A. G.; BASSIT, A. Z. (org.) **Avaliação de programas de prevenção de drogas**. São Paulo: CREA/D. A, Inc/USAID, 1995.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos: relações de Gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

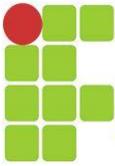
BORTOLINI, A. (org.) **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CARLINI-COTRIM, B. **Drogas: Mitos e verdades**. São Paulo: Ática, 1998.

FREITAS, L. A. P. **Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

HENRIQUES, R. **Raça e gênero no sistema de ensino: Os limites das políticas universalistas na educação**. UNESCO, UNDP, 2003.

OLIVEIRA, R. D. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS</p>	
<p>Curso: Técnico em Orientação Comunitária</p>	<p>Disciplina: Formação de Lideranças</p>	
	<p>Módulo: III</p>	
<p>Total de Horas: 40 horas</p>	<p>Aulas Teórica: 40 horas</p>	<p>Aulas Práticas: 0</p>
<p>Ementa do Programa</p>		
<p>Treinamento, desenvolvimento e educação no contexto organizacional. Gestão de desempenho de pessoas. O papel do líder no desenvolvimento das comunidades.</p>		
<p>Objetivos</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ● Orientar os indivíduos para que se tornem profissionais e líderes. ● Refletir e discutir uma teoria no contexto organizacional; ● Interpretar a realidade, promovendo condições ao exercício de funções, maximizando seu potencial de liderança e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades. 		
<p>Bibliografia Básica</p>		
<p>CAVALCANTI, V.L. et al. Liderança e motivação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p>		
<p>DEWEY, J. Vida e Educação. São Paulo: Melhoramentos, 1978.</p>		
<p>TORO, Bernardo & DUARTE, Nísia Maria. Mobilização Social: um modo de construir a Democracia e a Participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.</p>		
<p>Bibliografia Complementar</p>		
<p>NUNES, B. Filosofia Contemporânea. Belém: EDUFPA, 2004.</p>		
<p>SOUZA, V.L. et al. Gestão de Desempenho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p>		
<p>HUNTER, J.C. Como se tornar um líder servidor. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.</p>		
<p>_____. O Monge e o Executivo: Uma história sobre a Essência da Liderança. 18. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Direito e Legislação Social	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa		
<p>As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. As Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânicas Municipais. A legislação social: CLT, LOAS, ECA, SUS, etc. A legislação profissional e outras legislações de interesse da área social.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Demonstrar aos alunos a consciência da realidade que nos rodeia, particularmente importante, na época de profundas transformações econômicas e sociais que o nosso país atravessa.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a legislação permite que o aluno tenha condições de Avaliar o todo da instituição tanto pública ou privada, pois terá aptidões para assim Presenciar e criar fatos para melhora da sociedade em que a instituição estiver inserida; • Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas; • Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido. 		
Bibliografia Básica		
<p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Jair Lot Vieira. São Paulo: Edipro, 2011.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Direitos Socioassistenciais. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, Brasília. Anais. Brasília: MDS, 2009.</p> <p>RIZZINI, Irene (coordenação), RIZZINI, Irma, NAIF, Luciene e BAPTISTA, Rachel. Acolhendo crianças e adolescentes - experiências de promoção de direito a convivência familiar e comunitária no Brasil. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>BRASIL. Consolidação das leis do trabalho. 8. ed. São Paulo: Rideel, 2002.</p> <p>CATHARINO, J.M. Compêndio de direito do trabalho. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.</p> <p>DELGADO, M.G. Curso de Direito de Trabalho. 4. ed. São Paulo: LTR, 2009.</p> <p>RUSSOMANO, M. V. O empregador e o empregado no direito brasileiro. 7. ed. Rio de</p>		

Janeiro: Forense, 1984.

SANTOS, B.S. (Org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Orientação Comunitária	Disciplina: Movimentos Sociais, Urbanos e Rurais	
	Módulo: III	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas: 0
Ementa do Programa		
Movimentos e organizações sociais formais e não formais no Brasil. Redes Intersetoriais. Terceiro Setor.		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Possibilitar aos alunos conhecimento e compreensão quanto a questão dos Movimentos Sociais Populares e da Educação de Base como uma das vias de educação de classes e movimentos, tendo em vista contribuir na formação dos futuros profissionais que intervirão nas respectivas áreas.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Propiciar aos alunos o estudo e a análise dos elementos teórico-práticos que fundamentam a questão dos movimentos sociais populares; ● Oportunizar aos alunos a realização de um recapeamento dos Movimentos Sociais populares, suas formas de organização, principais projetos e ações; ● Conhecer as Redes intersetoriais. 		
Bibliografia Básica		
<p>ANDRADE, Marcia Regina & DI PIERRO, Maria Clara. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva. Dados básicos para uma avaliação. Brasília: GPT/CONTAG, 2003.</p> <p>GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>GOHN, M. G. Mídia, terceiro setor e MST. Impactos sobre o futuro as cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p> <p>FELICIANO, C. A. Movimento camponês Rebelde – a reforma agrária no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 2006.</p> <p>MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social - Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SENNA FILHO, Arthur Ribeiro de. Organizações Não-Governamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais, Estado e democracia. R. Serviço Social e Sociedade, n. 45, p. 43-65, 1994. SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 2005.</p>		

Bibliografia Complementar
<p>CASTELLS, M. MADRID Movimentos Sociales Urbanos. Madri: Siglo XXI, 1974. ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. HOBBSAWM, E. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 2005.</p>

d) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores foram definidos a partir das orientações descritas no Título III, do Capítulo I, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (BRASIL, 2012).

Será facultado ao discente solicitar o aproveitamento de disciplinas já cursadas e nas quais obteve aprovação, bem como de saberes profissionais desenvolvidos em seu itinerário profissional e de vida.

Vale salientar, conforme o Art. 36 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante poderá ser promovido desde que esteja diretamente relacionado com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional em questão e que tenham sido desenvolvidos:

- ✓ em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- ✓ em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- ✓ em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- ✓ por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo

sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os interessados deverão protocolar requerimento específico, obtido na secretaria do câmpus, dentro do prazo estipulado no Calendário Escolar.

O aproveitamento poderá ser obtido por dois procedimentos: por meio de análise da documentação comprobatória ou por meio da aplicação de exame de proficiência. No primeiro modo, será realizada análise da equivalência de conteúdos programáticos e de cargas horárias das disciplinas. Nesse caso, o requerimento deverá estar acompanhado do histórico escolar e do conteúdo programático das disciplinas cursadas, os quais serão submetidos à análise prévia de um docente indicado pelo coordenador.

O exame de proficiência será constituído de prova escrita e/ou prática ou outro instrumento de avaliação pertinente.

Caberá ao Coordenador designar banca examinadora especial para:

- ✓ estabelecer os conteúdos a serem abordados, as referências bibliográficas, as competências e habilidades a serem avaliadas, tomando como referência o estabelecido nesse Projeto Pedagógico;
- ✓ definir as características da avaliação e determinar sua duração;
- ✓ elaborar, aplicar e corrigir as avaliações.

As datas de requerimento para Exame de Proficiência, aplicação das provas e divulgação dos resultados deverão fazer parte do Calendário Escolar. O discente que obtiver um rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento) será dispensado de cursar a disciplina. A pontuação a ser atribuída ao discente será a que for obtida na avaliação, sendo registrado no histórico escolar como Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores (ACEA), observando-se o período e a carga horária constantes na matriz curricular do curso. Vale salientar que o discente deverá frequentar as aulas da(s) disciplina(s) da(s) qual requereu dispensa até o deferimento do pedido de aproveitamento.

e) Biblioteca, Instalações e Equipamentos

Neste item são apresentados de forma sumária os componentes da infraestrutura física, os equipamentos que compõe os ambientes educacionais do curso e demais materiais que poderão estar à disposição dos estudantes. Salienta-se que, caso o curso seja ofertado fora do município-sede do câmpus, o parceiro demandante será o responsável por providenciar toda a infraestrutura física e equipamentos necessários ao adequado funcionamento do curso.

O curso deve disponibilizar biblioteca com acervo adequado para consulta e empréstimo aos alunos, laboratórios com equipamentos e suprimentos necessários ao desenvolvimento das situações de ensino-aprendizagem, salas de aula com mobiliário adequado e recursos multimídias para alunos e professores.

f) Metodologias de ensino

As metodologias de ensino utilizadas no curso valorizarão:

- ✓ as capacidades e conhecimentos prévios dos discentes, as capacidades e a progressiva autonomia dos discentes com necessidades específicas;
- ✓ os valores e a concepção de mundo dos discentes, seus diferentes ritmos de aprendizagem, sua cultura específica, referente especialmente a seu pertencimento social, étnico-racial, de gênero, etário, religioso e de origem (urbano ou rural);
- ✓ o trabalho coletivo entre docentes e equipe pedagógica, o diálogo entre docentes e equipe pedagógica, bem como entre instituição e comunidade;
- ✓ o uso das TICs; e
- ✓ o uso de diferentes estratégias didático-metodológicas: seminários, debates, atividades em grupo, atividades individuais, projetos de trabalho, estudos dirigidos, visitas técnicas, oficinas temáticas e outras.

g) Estratégias de integração do ensino e articulação com a sociedade

Este curso técnico poderá promover a integração entre as disciplinas/conteúdos ministrados através do planejamento conjunto de aulas, da realização de projetos que integrem conhecimentos de diferentes disciplinas e da atribuição de notas de maneira

compartilhada. Acredita-se que assim, os conteúdos farão mais sentido para os discentes e que os mesmos aprenderão a utilizar conhecimentos de diferentes áreas para resolver uma situação-problema, capacidade muito demandada pelo mercado de trabalho atual.

A fim de promover a articulação com a sociedade, serão firmados convênios e parcerias entre o IFMG e a comunidade produtiva local, como também com o setor público, com o objetivo de fomentar a realização de estágio, visitas técnicas e eventos. Espera-se, por meio desta articulação, contribuir para a promoção do desenvolvimento local de forma contínua e sustentável.

O estágio supervisionado será opcional e realizado nos termos da Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004 e Lei nº 11.788 de 2008. Esta atividade contará também com regulamento próprio da instituição e terá as seguintes características:

- ✓ carga horária mínima de 120 horas;
- ✓ realização em concomitância com o curso;
- ✓ realização no 3º semestre do curso;
- ✓ máximo de 6 horas diárias;
- ✓ idade mínima de 16 anos completos na data de início do estágio;
- ✓ orientação tanto por um supervisor de estágio do câmpus (professor) quanto por um supervisor de estágio da empresa (profissional da área), os quais acompanharão o aluno estagiário especialmente sobre questões relacionadas às atividades realizadas - especialmente a relação existente entre as disciplinas cursadas no curso técnico e as atividades realizadas no estágio – e frequência; e
- ✓ avaliação realizada pelos dois supervisores de estágio e pelo próprio aluno estagiário.

h) Estratégias de apoio ao discente

Os estudantes do curso poderão contar com uma rede de assistência estudantil e orientação educacional a ser disponibilizada de acordo com critérios estabelecidos pelo PRONATEC.

IV. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

a) Avaliação dos discentes

Os critérios de aprovação, reprovação e progressão parcial dos alunos matriculados nos cursos técnicos ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) observará as regulamentações gerais do Regimento de Ensino do IFMG. Contudo, tais regulamentações serão adequadas às especificidades dos cursos ofertados no âmbito do programa, adotando os critérios descritos a seguir.

O processo avaliativo será contínuo e cumulativo, considerando a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados durante o processo sobre os de eventuais provas finais (Art. 24, inciso V, da lei nº 9394/96). Funcionará como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem e também como princípio para tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades alcançadas pelos alunos. Para tanto, serão adotadas estratégias como: tarefas contextualizadas, diálogo constante com o aluno, utilização de conhecimentos significativos e esclarecimentos sobre os critérios que serão utilizados nas avaliações. Nesse sentido, o aproveitamento escolar será avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- ✓ prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- ✓ inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- ✓ manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- ✓ utilização funcional do conhecimento;
- ✓ divulgação dos critérios avaliativos, antes da efetivação das atividades;
- ✓ utilização dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- ✓ apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação paralela;
- ✓ estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na correção;
- ✓ correção dos erros mais importantes sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades; e

- ✓ relevância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A frequência às aulas e demais atividades programadas, para os alunos regularmente matriculados, é obrigatória (Art. 47, § 3º, da lei nº 9394/96). A justificativa de faltas só será permitida nos casos previstos em lei.

Compete ao professor elaborar as atividades avaliativas, bem como divulgar os resultados. Será considerado aprovado, ao final de cada semestre, o aluno que, após todo o processo de avaliação, tiver nota final igual ou superior a 60% em cada disciplina cursada e tiver 75% de frequência da carga horária total do período letivo do módulo em que estiver matriculado.

A nota final será composta pela média aritmética simples de duas notas parciais. Cada nota parcial, no valor de cem pontos, deverá ser constituída de no mínimo dois instrumentos avaliativos, cada um no valor máximo de cinquenta pontos.

Aos alunos de menor rendimento, serão oferecidas estratégias de recuperação como a monitoria e o atendimento individualizado do professor. Além disso, os alunos contarão com etapas de recuperações parcial e final. Cada recuperação consistirá de uma prova no valor de cem pontos que versará sobre tópicos já abordados na etapa em questão. Para cômputo de notas parciais e final, prevalecerá sempre a maior pontuação obtida. Cada recuperação parcial acontecerá durante o período letivo do módulo no qual o aluno estiver matriculado e dentro da carga horária de cada disciplina.

Após a recuperação, caso o aluno ainda apresente aproveitamento insuficiente, terá direito aos Estudos Independentes em até duas disciplinas se possuir frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária do período letivo (Resolução 41/2013, Conselho Superior do IFMG). Deverá também apresentar média maior ou igual a quarenta pontos e inferior a sessenta pontos.

Os Estudos Independentes contarão com dois instrumentos avaliativos: um trabalho no valor de vinte pontos e uma prova escrita no valor de oitenta pontos sobre todo o conteúdo da disciplina. A entrega do trabalho e a realização da prova acontecerão em períodos determinados pela Coordenação Adjunta, necessariamente após o

encerramento da disciplina. A nota final do aluno na disciplina somente será substituída pela nota obtida nos Estudos Independentes, se esta for maior que aquela e até o limite de sessenta pontos.

Se o aluno obtiver 60% de aproveitamento em todas as disciplinas, mas possuir frequência global inferior a 75% no período letivo será reprovado e excluído do curso. O estudante que for reprovado em duas ou mais disciplinas no módulo em curso estará automaticamente reprovado e não poderá cursar nenhuma disciplina do módulo seguinte.

O aluno reprovado por rendimento em apenas uma disciplina, isto é, possuir aproveitamento entre 40 e 59% e frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo no módulo em que se encontrar matriculado, será considerado apto à progressão parcial, ou seja, a cursar o módulo seguinte em sistema de dependência. O estudante deverá então solicitar a dispensa das disciplinas em que obteve aprovação a fim de cursar somente a disciplina em que foi reprovado. A possibilidade do estudante efetivamente cursar a disciplina pendente fica condicionada à oferta da mesma em cursos do PRONATEC.

b) Avaliação dos docentes

Semestralmente será realizada uma avaliação, sob a responsabilidade do setor pedagógico, na qual os alunos, gestores e servidores técnico-administrativos serão solicitados a avaliar os professores. Serão avaliados diversos itens relativos à prática em sala de aula, domínio de conteúdo, formas de avaliação, assiduidade, pontualidade, cumprimento da jornada de trabalho, postura profissional, dentre outros.

Os dados tabulados serão analisados pelo setor pedagógico e disponibilizados aos professores. Quando necessário, ocorrerão intervenções administrativas e pedagógicas para auxiliar o professor em sua prática docente.

c) Avaliação do curso

A avaliação do curso terá por finalidade orientar decisões que visem seu aprimoramento ao analisar as potencialidades e fragilidades do mesmo com vistas a atingir parâmetros de qualidade no processo educacional,

Constituirá objeto de avaliação permanente no curso a consecução dos objetivos propostos no projeto pedagógico, tendo em vista o perfil e as competências do egresso; as instalações e equipamentos disponibilizados a discentes e docentes; a adequação da formação dos docentes às disciplinas por eles ministradas; os índices de reprovação e evasão.

A avaliação do curso será realizada pela equipe pedagógica por meio de reuniões sistemáticas e eventuais ao longo do semestre e deverá observar as sugestões de toda a equipe responsável pela oferta do mesmo, além das críticas e sugestões dos discentes e dos parceiros envolvidos.

Com base nas avaliações realizadas, esse projeto poderá ser modificado, sempre que necessário, a fim de garantir a qualidade do processo educacional.

d) Objetos de avaliação do trabalho docente e do curso

Além dos elementos expostos acima, uma vez por semestre, sob a responsabilidade do setor pedagógico, o Curso Técnico em Orientação Comunitária e seu corpo docente serão avaliados com base nos seguintes objetos:

- plano de ensino;
- projetos orientados pelo docente;
- produtos desenvolvidos sob a orientação do docente;
- autoavaliação docente;
- sugestões e críticas dos discentes; e
- sugestões e críticas dos próprios docentes, equipe pedagógica, demais servidores técnico-administrativos e comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 248, 23 de dezembro de 1996.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 253, 30 de dezembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Orientações para a elaboração e atualização de projetos pedagógicos dos cursos técnicos do IFMG**, Belo Horizonte, nov. de 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Regimento de Ensino**, Belo Horizonte, fev. de 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6 de 2012, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01, 21 de setembro de 2012.

_____. Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em 09 set. 2014.